

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

# ANALISTA DE CONTROLE INTERNO – DIREITO

## CADERNO DE QUESTÕES

21/06/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Legislação aplicada ao Setor Público	01 a 10
Auditoria Governamental e Controle Interno	11 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50
Prova Discursiva	-

**SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO**

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES**

**Atenção:** Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

**Os dias chuvosos podem ser alegres.**

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva consiste na elaboração de ato próprio de auditor ou parecer técnico, versando sobre auditoria governamental e controle interno e conhecimentos específicos, e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

**CONCURSO PÚBLICO**

**LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO**

Questões de 01 a 10

**QUESTÃO 01**

Segundo o art. 37, da Constituição Federal de 1988, funções de confiança e cargos em comissão têm características específicas quanto ao preenchimento. Considerando o texto constitucional, funções de confiança são exercidas por

- (A) servidores lotados em cargos em comissão, livres de exoneração, e que se destinam a atribuições técnico-científicas.
- (B) servidores efetivos, acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (C) servidores temporários, desde que posteriormente aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (D) servidores efetivos ou comissionados, nos percentuais mínimos previstos em lei, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

**QUESTÃO 02**

A ética no serviço público envolve valores e padrões que orientam a atuação do agente estatal. De acordo com fundamentos da ética administrativa, a conduta ética

- (A) limita-se ao cumprimento formal da lei.
- (B) envolve integridade, respeito e responsabilidade.
- (C) pode ser ajustada conforme oportunidade e conveniência.
- (D) é definida pelos servidores do órgão, mudando ao longo do tempo.

**QUESTÃO 03**

Um servidor comete irregularidade funcional que ocasiona prejuízo ao erário. Nesse caso, considerando os regimes de responsabilização,

- (A) a condenação penal impede responsabilizações civil e administrativa.
- (B) a absolvição administrativa impede responsabilização na esfera penal.
- (C) as responsabilidades administrativas, civil e penal são independentes entre si e podem ser cumuladas.
- (D) as responsabilizações administrativa e civil dependem do trânsito em julgado da ação penal.

**QUESTÃO 04**

Um administrado punido busca revisão da sanção aplicada, alegando ilegalidade. Nesse caso, ele tem a faculdade de questionar tal fato em sede de controle administrativo, que poderá

- (A) substituir o controle judicial no controle de constitucionalidade e legalidade.
- (B) negar a reavaliação da questão, em razão da vedação da autotutela.
- (C) anular atos ilegais, desde que assegure o contraditório e ampla defesa.
- (D) reavaliar o mérito administrativo em fase recursal, sem motivação.

**QUESTÃO 05**

Leia o caso a seguir.

Durante a análise de um procedimento de contratação, unidades internas do órgão verificam impropriedades formais e adotam medidas para seu saneamento, enquanto o tribunal de contas, ao examinar o mesmo processo, aplica critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco.

Nesse caso, nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o controle envolve

- (A) atuação preventiva, composta por agentes das linhas de defesa e órgãos de controle, que devem aplicar critérios objetivos, imparciais e elaborar relatórios tecnicamente fundamentados durante a fiscalização.
- (B) medidas iniciais de prevenção e controle, tomadas pelo órgão central de controle interno e pelo tribunal de contas, com acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, a saber, a primeira linha de defesa.
- (C) atividades de assessoramento jurídico para verificar atos da primeira linha, com foco em regularidade documental e acesso aos atos publicizados no processo, configurando-as como sendo a segunda linha de defesa.
- (D) constatação de impropriedade formal, com remessa imediata ao Ministério Público de cópias dos documentos cabíveis para apuração dos ilícitos de sua competência, independentemente de risco ou dano ao interesse público.

**QUESTÃO 06**

Em Senador Canedo, ocorrendo vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no terceiro ano do mandato, o preenchimento ocorrerá

- (A) por eleição direta, conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral, em até noventa dias após a primeira vaga.
- (B) por assunção definitiva do Presidente da Câmara, que é o sucessor legítimo do cargo.
- (C) por eleição direta, conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral, em até trinta dias após a abertura da última vaga.
- (D) por eleição realizada pela Câmara Municipal em até trinta dias após a abertura da última vaga.

**QUESTÃO 07**

A Lei nº 1.488/2010 descreve as formas pelas quais um cargo público municipal pode ser preenchido. São formas de provimento de cargo público, nos termos do estatuto, a nomeação, a promoção, a readaptação, a reversão, o aproveitamento e

- (A) a recondução.
- (B) a remoção.
- (C) a exoneração.
- (D) o remanejamento.

**QUESTÃO 08**

Servidor responsável pelo serviço de informações recusou, sem fundamento legal, o fornecimento de dado público e ainda retardou deliberadamente a resposta. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, essa conduta

- (A) configura irregularidade meramente formal, resolvida com orientação administrativa, salvo se gerar consequências se houver dano financeiro direto ao requerente.
- (B) acarreta obrigação de responder ao pedido em prazo posterior, cabendo responsabilização somente se houver dano financeiro direto ao requerente.
- (C) enseja responsabilidade, podendo caracterizar infração administrativa e até mesmo ato de improbidade.
- (D) enseja responsabilidade, podendo caracterizar infração administrativa, civil e penal, por ser prática de favorecimento pessoal.

**QUESTÃO 09**

O Tribunal de Contas exerce função relevante na fiscalização da administração pública. Uma de suas competências constitucionais é

- (A) aprovar previamente todas as leis orçamentárias da União.
- (B) determinar abertura de crédito suplementar em favor de órgãos federais.
- (C) emitir parecer conclusivo sobre projetos de lei ordinária.
- (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos.

**QUESTÃO 10**

Instrumento de planejamento governamental que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para despesas de capital e programas de duração continuada, com vigência de quatro anos. Tal instrumento é denominado de

- (A) orçamento fiscal.
- (B) plano plurianual.
- (C) diretriz orçamentária.
- (D) demonstrativo de metas fiscais.

**RASCUNHO**

**AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLE INTERNO**

Questões de 11 a 30

**QUESTÃO 11**

Nos termos da Constituição Federal de 1988, as disposições relativas ao dever de execução das programações orçamentárias, às hipóteses de impedimento técnico e ao anexo de agregados fiscais na lei de diretrizes orçamentárias

- (A) abrangem todos os orçamentos previstos na lei orçamentária anual, incluindo o de investimentos das estatais.
- (B) aplicam-se exclusivamente aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União.
- (C) estendem-se a planos e programas nacionais, regionais e setoriais, desde que compatíveis com o plano plurianual.
- (D) vinculam os orçamentos da União quanto os dos Estados e Municípios, em razão do princípio orçamentário da unidade.

**QUESTÃO 12**

Com base na Lei Complementar nº 101/2000, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de

- (A) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois anteriores.
- (B) parecer técnico do Tribunal de Contas competente e comprovação de que o benefício está previsto na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) autorização legislativa específica e demonstração de que será compensada por redução de despesa discricionária.
- (D) comprovação de que não afetará as metas fiscais ou de que será compensada por aumento de receita.

**QUESTÃO 13**

Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte. Esse dispositivo consagra o princípio da

- (A) neutralidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) regressividade.
- (D) progressividade.

**QUESTÃO 14**

Após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo deve estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. Caso seja verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais, os Poderes e o Ministério Público deverão

- (A) promover a limitação de empenho e movimentação financeira, observando os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, sem atingir despesas que constituam obrigações constitucionais e legais.
- (B) determinar a suspensão parcial das despesas discricionárias, incluindo aquelas vinculadas a obrigações constitucionais, até a recomposição da receita prevista.
- (C) autorizar o cancelamento das dotações orçamentárias destinadas ao serviço da dívida ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias, priorizando a manutenção das despesas de caráter continuado.
- (D) submeter ao Poder Executivo proposta de reestimativa de receita, para que este proceda à limitação de empenho mediante aprovação legislativa.

**QUESTÃO 15**

O Relatório de Gestão Fiscal deve ser publicado pelos Poderes e pelo Ministério Público ao final de cada quadrimestre. Esse relatório tem por finalidade dar transparência à execução orçamentária e conter informações sobre

- (A) a evolução da receita corrente líquida, os demonstrativos de renúncia de receita e os resultados primário e nominal.
- (B) a execução dos programas governamentais, os indicadores de desempenho setorial e a memória de cálculo das metas fiscais.
- (C) os limites de despesa com pessoal, a dívida consolidada e mobiliária, as operações de crédito, as concessões de garantia e a inscrição em Restos a Pagar.
- (D) os demonstrativos da arrecadação tributária, os incentivos fiscais concedidos e a evolução patrimonial dos entes federativos.

**QUESTÃO 16**

No último quadrimestre de seu mandato, um prefeito ordena a contratação de serviços que geram despesa superior à disponibilidade de caixa existente, sabendo que parte da obrigação não poderá ser paga no mesmo exercício financeiro. Nesse caso, a conduta do agente público

- (A) configura infração administrativa, sujeita a multa de até 20% dos vencimentos anuais, aplicada pelo Tribunal de Contas.
- (B) caracteriza ato de improbidade administrativa, punido com suspensão de direitos políticos.
- (C) corresponde à ilícito político-administrativo, sujeito a processo de responsabilidade perante a Câmara Municipal.
- (D) constitui crime contra as finanças públicas, punido com reclusão de um a quatro anos.

**QUESTÃO 17**

Na NBC TA Estrutura Conceitual, o trabalho de asseguaração é caracterizado pela obtenção de evidências apropriadas e suficientes para aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre a informação do objeto. O resultado da mensuração ou avaliação do objeto corresponde

- (A) ao relatório emitido pelo auditor independente após a execução dos procedimentos.
- (B) à informação obtida pela aplicação dos critérios ao objeto.
- (C) às evidências coletadas durante o processo de avaliação do objeto.
- (D) à conclusão sobre a adequação dos critérios utilizados na mensuração.

**QUESTÃO 18**

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os créditos da Fazenda Pública, lançados mas não cobrados ou não recolhidos no exercício de origem, constituem dívida ativa a partir da data de sua inscrição. Considera-se dívida ativa não tributária o crédito proveniente de

- (A) obrigações legais relativas a tributos e respectivos adicionais e multas, inscritas após o vencimento e apuradas quanto à sua liquidez.
- (B) receitas patrimoniais previstas na lei orçamentária anual, desde que não arrecadadas no exercício e inscritas como dívida ativa até o encerramento do exercício seguinte.
- (C) empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei e multas de qualquer origem não tributária.
- (D) operações de crédito contratadas com instituições financeiras, cujo pagamento esteja vinculado a recursos de capital e não tenha sido quitado no exercício de origem.

**QUESTÃO 19**

A evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. Quando a evidência de auditoria utilizada tiver sido elaborada com base no trabalho de um especialista da administração, o auditor deve

- (A) avaliar a competência, as habilidades e a objetividade do especialista, obter entendimento do trabalho realizado e julgar a adequação desse trabalho como evidência.
- (B) aceitar o trabalho do especialista, desde que o relatório esteja assinado e acompanhado de documentação técnica.
- (C) considerar a reputação profissional do especialista, independentemente da análise da metodologia empregada ou da relevância das conclusões apresentadas.
- (D) verificar se o especialista possui registro ativo em conselho profissional, bem como sua atuação em trabalhos anteriores.

**QUESTÃO 20**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as decisões do Tribunal de Contas da União que resultem em imputação de débito ou aplicação de multa

- (A) têm natureza opinativa, servindo como subsídio para o controle externo parlamentar.
- (B) possuem eficácia de título executivo, permitindo a cobrança judicial imediata do valor devido.
- (C) exigem manifestação do Poder Executivo para que sejam consideradas plenamente exequíveis.
- (D) dependem de homologação pelo Congresso Nacional para que possam produzir efeitos jurídicos.

**QUESTÃO 21**

O risco nos trabalhos de asseguarção é tratado de forma distinta conforme o nível de segurana a ser obtido. No trabalho de asseguarção limitada, o auditor deve reduzir o risco para um nível que seja aceitável nas circunstâncias, mas ainda superior ao de asseguarção razoável. Nesse caso, a conclusão do auditor deve

- (A) transmitir se, com base nos procedimentos realizados e evidências obtidas, algum assunto chegou ao seu conhecimento de forma a levá-lo a acreditar que a informação do objeto está relevantemente distorcida.
- (B) declarar se, em conformidade com os critérios aplicáveis e considerando os resultados obtidos no processo de mensuração e avaliação, o objeto examinado está livre de distorções relevantes.
- (C) afirmar se, levando em conta os mecanismos de supervisão e monitoramento existentes, os controles internos da entidade demonstraram eficácia suficiente para prevenir e corrigir distorções relevantes na informação do objeto.
- (D) certificar se, em consonância com os critérios estabelecidos e evidências disponíveis, o nível de risco foi reduzido a patamar equivalente à segurana plena sobre a informação do objeto mensurado.

**QUESTÃO 22**

Ao definir os testes de auditoria para obtenção de evidência, o auditor deve selecionar os itens a serem testados de modo a

- (A) assegurar que todos os registros contábeis da entidade sejam testados adequadamente, com metodologia apropriada.
- (B) priorizar os itens de maior valor monetário, dispensando a análise de transações de menor relevância.
- (C) contemplar documentos originais emitidos pela entidade, desconsiderando os registros eletrônicos em virtude de sua menor confiabilidade.
- (D) garantir que a seleção seja eficaz para cumprir os objetivos do procedimento, podendo incluir o exame de todos os itens de uma população.

**QUESTÃO 23**

O objetivo do auditor, ao usar a amostragem em auditoria, é o de proporcionar uma base razoável para concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada. Quando o auditor identifica uma distorção em amostra de testes de detalhes e considera que se trata de uma anomalia, ele deve

- (A) excluir a distorção da projeção para a população, independentemente de sua representatividade.
- (B) projetar a distorção para a população, avaliando criticamente o resultado dos testes em decorrência do conhecimento prévio acerca da anomalia.
- (C) estabelecer nível razoável de confiança, mediante procedimentos estatísticos alternativos, que lhe permita concluir suficientemente quanto à população.
- (D) obter alto grau de certeza de que a distorção não é representativa da população, mediante execução de procedimentos adicionais de auditoria.

**QUESTÃO 24**

O déficit público representa o desequilíbrio entre receitas e despesas, sendo que sua cobertura deve observar regras específicas de responsabilidade fiscal. Quando verificado déficit na execução orçamentária, o Poder Executivo deve

- (A) cobri-lo a partir das fontes de recursos autorizadas e indicadas previamente na Lei de Orçamento.
- (B) compensá-lo por meio da inscrição de restos a pagar não processados, desde que haja saldo suficiente em créditos pluriennais.
- (C) absorvê-lo pelo superávit do orçamento corrente, que constitui item da receita orçamentária.
- (D) neutralizá-lo por meio de renúncia de despesa fixada, desde que acompanhada de medidas compensação.

**QUESTÃO 25**

O Modelo de Capacidade de Auditoria Interna para o setor público (IA-CM) organiza a evolução da atividade de auditoria em níveis de maturidade. O Nível 5 – Otimizado caracteriza-se por

- (A) práticas e procedimentos de auditoria interna sustentáveis e estruturados.
- (B) compartimentalização das informações disponíveis para a auditoria interna.
- (C) aprendizagem e melhoria contínua da auditoria interna.
- (D) aplicação focalizada das práticas de gestão e auditoria interna.

**QUESTÃO 26**

O relatório é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões. O relatório da Auditoria Interna deve ser

- (A) enviado prioritariamente aos órgãos externos de controle, como forma de assegurar a imparcialidade da auditoria.
- (B) publicado nos sítios eletrônicos oficiais ou em outros meios de ampla divulgação gratuita, a fim de atender às exigências de transparência.
- (C) encaminhado a quem tenha solicitado o trabalho, devendo ser preservada a confidencialidade do seu conteúdo.
- (D) aprovado pela administração da entidade, antes de sua remessa ao órgão competente responsável pela governança.

**QUESTÃO 27**

O planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. Durante a etapa de planejamento, o auditor deve

- (A) estabelecer a estratégia global de auditoria, com definição do alcance, época e direção da auditoria, sendo defeso ao auditor efetuar quaisquer alterações.
- (B) considerar a discussão de aspectos da auditoria com a administração da entidade, a fim de facilitar a condução dos trabalhos.
- (C) desenvolver o plano de auditoria, incluindo o envolvimento de especialistas, uma vez que não compete ao auditor se imiscuir em questões de ordem técnica.
- (D) emitir opinião prévia acerca dos trabalhos a serem desenvolvidos, como forma de assegurar que não ocorram ruídos na comunicação junto à administração.

**QUESTÃO 28**

Determinadas condutas e ajustes celebrados pelos entes federativos são equiparados às operações de crédito. Configura equiparação à operação de crédito:

- (A) a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação.
- (B) a assunção de obrigação entre pessoas jurídicas integrantes do mesmo Estado, Distrito Federal ou Município.
- (C) os parcelamentos de débitos preexistentes junto a instituições não financeiras que não aumentem o montante da dívida consolidada líquida.
- (D) o uso de instrumentos de derivativos financeiros.

**QUESTÃO 29**

No modelo das Três Linhas de Defesa, a responsabilidade da gestão em atingir os objetivos organizacionais é distribuída entre papéis de primeira e segunda linha. Os papéis da segunda linha caracterizam-se por

- (A) liderar e dirigir ações operacionais, aplicando recursos diretamente na entrega de produtos e serviços aos clientes.
- (B) fornecer expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos.
- (C) prestar avaliação independente e objetiva sobre a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos.
- (D) assumir a prestação de contas perante os stakeholders pela supervisão organizacional e definição do apetite a riscos.

**QUESTÃO 30**

Com base no que estabelece a Constituição Federal de 1988, o Tribunal de Contas da União (TCU), ao verificar ilegalidade em ato administrativo, pode assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Se não atendido, cabe ao TCU

- (A) encaminhar representação ao Poder Executivo para decidir sobre a penalidade a ser aplicada em até noventa dias.
- (B) aplicar multa proporcional ao dano causado ao erário, com prévia comunicação ao Congresso Nacional.
- (C) sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (D) declarar a revogação do ato administrativo, com eficácia imediata de seus efeitos, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**QUESTÃO 31**

Leia o caso a seguir.

O Governador de um estado pretende propor ação direta de inconstitucionalidade contra uma lei municipal por entender que há incompatibilidade tanto com norma da Constituição do estado em que se localiza quanto com norma da Constituição Federal.

A ação direta de inconstitucionalidade poderá ser proposta pelo Governador no

- (A) Supremo Tribunal Federal ou Tribunal de Justiça local, conforme previsto na Constituição Estadual, tomando a norma da Constituição Federal como parâmetro de controle em ambas instâncias.
- (B) Supremo Tribunal Federal, sem a possibilidade de propositura de ação direta de inconstitucionalidade na esfera estadual, conforme previsto na Constituição Federal.
- (C) Tribunal de Justiça local, conforme previsto na Constituição Estadual, tomando a norma da Constituição Federal como parâmetro de controle independente do caráter de reprodução obrigatória.
- (D) Tribunal de Justiça local, conforme previsto na Constituição Estadual, sem a possibilidade de propositura ação direta de inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal.

**QUESTÃO 32**

Os efeitos da decisão que declara a inconstitucionalidade de uma lei estadual pelo Supremo Tribunal Federal serão

- (A) retroativos, em regra, ou irretroativos, desde que assim preveja a decisão.
- (B) irretroativos, em regra, ou retroativos, desde que assim preveja a decisão.
- (C) retroativos, em regra, vedada expressamente a irretroatividade.
- (D) irretroativos, em regra, vedada expressamente a retroatividade.

**QUESTÃO 33**

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a competência para legislar sobre direito tributário é

- (A) concorrente entre todos os entes federativos.
- (B) privativa do ente federativo federal.
- (C) concorrente entre os entes federativos federal, estadual e distrital.
- (D) privativa dos entes federativos estadual e distrital.

**QUESTÃO 34**

Leia o caso a seguir.

Um município apresentou crescimento exponencial nos últimos anos. Em uma de suas regiões mais afastadas, antes caracterizada por baixa ocupação, houve expressivo aumento populacional. Após a realização de estudo de viabilidade que concluiu pela adequação e sustentabilidade da medida, foi promovido o desmembramento territorial, transformando essa região em município autônomo. A iniciativa foi formalizada por meio de lei municipal aprovada pela Câmara Municipal e posteriormente sancionada e publicada pelo Poder Executivo Municipal.

A lei municipal em questão, mencionada no caso e aprovada pela Câmara Municipal é considerada

- (A) constitucional porque foi realizado o estudo de viabilidade do desmembramento do município.
- (B) inconstitucional porque deixou de ser realizada consulta pública da população interessada após a votação na câmara.
- (C) constitucional porque o Município é ente federado autônomo que pode decidir sobre seu próprio desmembramento.
- (D) inconstitucional porque uma lei municipal não pode determinar o desmembramento do município.

**QUESTÃO 35**

Segundo a Constituição Federal de 1988, há crime de responsabilidade do Prefeito Municipal diante de irregularidade no repasse de receitas e transferências tributárias recebidas pelo Município ao Poder Legislativo Municipal quando

- (A) superar o percentual de 5% do total das receitas e transferências recebidas.
- (B) for enviado a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.
- (C) deixar de ser realizado impreterivelmente até o décimo dia do mês.
- (D) destinar mais de 70% do valor do repasse ao pagamento de despesas com pessoal.

**QUESTÃO 36**

Leia o caso a seguir.

Uma pessoa foi aprovada em concurso público federal de provas e títulos para determinado cargo, fora do número de vagas previstas no edital, figurando, contudo, como a primeira colocada no cadastro de reserva. O prazo de validade do certame foi prorrogado e, três anos após a divulgação do resultado, foi aberto novo concurso público para o provimento de uma vaga do mesmo cargo, sem que a candidata tivesse sido nomeada. Ainda assim, houve a nomeação da pessoa aprovada nesse segundo concurso.

Considerando a disciplina da Constituição Federal de 1988, nesse caso a nomeação de pessoa aprovada no segundo concurso público sem a nomeação da pessoa aprovada no primeiro concurso foi ato considerado

- (A) irregular, porque a pessoa aprovada no primeiro concurso tem prioridade de convocação para assumir o cargo.
- (B) regular, porque é legal qualquer nomeação de aprovado em concurso público, ainda que exista pessoa aprovada em cadastro de reserva prévio e válido.
- (C) irregular, porque é expressamente proibida a abertura de concurso público quando ainda há validade de concurso público anterior.
- (D) regular, porque se encerrou o prazo de validade do primeiro concurso público quando da abertura do segundo edital.

**QUESTÃO 37**

Nos termos da Lei nº 12.846/2013, em casos de prática de atos contra a administração pública nacional por pessoas jurídicas estrangeiras, com filial em território brasileiro, essas podem ser responsabilizadas

- (A) penalmente, civilmente ou administrativamente, afastando-se a responsabilização judicial quando aplicada a responsabilização administrativa.
- (B) civilmente ou administrativamente, afastando-se a responsabilização judicial quando aplicada a responsabilização administrativa.
- (C) penalmente, civilmente ou administrativamente, permitindo-se a responsabilização judicial ainda que aplicada a responsabilização administrativa.
- (D) civilmente ou administrativamente, permitindo-se a responsabilização judicial ainda que aplicada a responsabilização administrativa.

**QUESTÃO 38**

Leia o caso a seguir.

Um servidor público municipal, aproveitando-se intencionalmente do cargo de gestão que ocupa na secretaria municipal de infraestrutura, utilizou a mão-de-obra de terceiros contratados pela prefeitura para a realização de obras públicas, em reforma realizada em residência de sua propriedade. Tempos depois, antes do ajuizamento de ação de improbidade administrativa, o servidor público municipal pediu exoneração do cargo público que ocupava e tomou posse como servidor público em autarquia pública federal.

Nos termos da Lei nº 8.429/1992, o servidor público cometeu ato de improbidade administrativa que

- (A) importa enriquecimento ilícito e perderá o cargo público ocupado ao tempo da sentença proferida na ação de improbidade administrativa.
- (B) causa prejuízo ao erário e perderá o cargo público ocupado ao tempo da sentença proferida na ação de improbidade administrativa.
- (C) importa enriquecimento ilícito e poderá manter o cargo público ocupado ao tempo da sentença proferida na ação de improbidade administrativa.
- (D) causa prejuízo ao erário e poderá manter o cargo público ocupado ao tempo da sentença proferida na ação de improbidade administrativa.

**QUESTÃO 39**

Segundo a Constituição Federal de 1988, indicam vedação à edição de medida provisória:

- (A) direito financeiro e direito econômico.
- (B) planos plurianuais e diretrizes orçamentárias.
- (C) comércio exterior e interestadual.
- (D) assistência jurídica e Defensoria pública.

**QUESTÃO 40**

Considerando o teor da Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é característica do regime jurídico dos precatórios

- (A) a atualização do valor total pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança.
- (B) a ordem cronológica de apresentação, permitida a abertura de créditos adicionais para este fim.
- (C) a igualdade entre créditos de qualquer natureza, independentemente da origem ou da idade do titular do crédito.
- (D) a inexistência de limite mínimo de valor, por ser a única forma de pagamento de créditos devidos pela Fazenda Pública.

**QUESTÃO 41**

A fiscalização do município será exercida mediante controle

- (A) interno, pelo Poder Executivo municipal, e externo, pelo Poder Legislativo municipal, com auxílio do Tribunal de Contas do Município, onde houver.
- (B) interno, pelo Poder Executivo estadual, e externo, pelo Poder Legislativo estadual, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- (C) externo, pelo Poder Executivo municipal, e interno, pelo Poder Legislativo municipal, com auxílio do Tribunal de Contas do Município, onde houver.
- (D) externo, pelo Poder Executivo estadual, e interno, pelo Poder Legislativo estadual, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

**QUESTÃO 42**

Segundo a Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quando o objeto da licitação possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, a modalidade de licitação que deve ser adotada é a

- (A) da concorrência, vedada a combinação com a modalidade pregão.
- (B) da concorrência, permitida a combinação com a modalidade pregão.
- (C) do pregão, vedada a combinação com a modalidade concorrência.
- (D) do pregão, permitida a combinação com a modalidade concorrência.

**QUESTÃO 43**

É considerada uma hipótese de inexigibilidade de licitação, segundo a Lei nº 14.133/2021:

- (A) contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados.
- (B) contratação que tenha por objeto a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.
- (C) contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios.
- (D) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**QUESTÃO 44**

Segundo a Lei nº 13.019/2014, o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros é

- (A) o acordo de parceria.
- (B) o termo de colaboração.
- (C) o acordo de cooperação.
- (D) o termo de fomento.

**QUESTÃO 45**

Considerando o disposto pela Constituição Federal de 1988, é considerada inconstitucional a emenda que apresenta ao projeto de lei orçamentária anual

- (A) um acréscimo de previsões de despesas para o exercício seguinte.
- (B) uma incompatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) uma correção de erros materiais ou omissões.
- (D) uma previsão de contratação de operações de crédito autorizadas por lei.

**QUESTÃO 46**

Leia o caso a seguir.

Lei ordinária aprovada e publicada por determinado município instituiu taxa genérica para a realização do poder de polícia pelas autoridades sanitárias locais. A lei previu que a especificação dos atos de poder de polícia que implicariam no pagamento de taxa seria feita por decreto do Poder Executivo municipal.

Considerando o teor da Constituição Federal de 1988, há inconstitucionalidade na taxa proposta porque ela deveria ter

- (A) sido instituída por lei complementar.
- (B) descrito um serviço público específico e divisível ofertado ao contribuinte.
- (C) sido instituída por lei federal.
- (D) descrito especificadamente o fato gerador do tributo.

**QUESTÃO 47**

O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana deve ser cobrado

- (A) conforme o valor venal do imóvel.
- (B) sobre imóveis em diferentes locais do Município pela mesma alíquota.
- (C) conforme base de cálculo fixa, impedida a atualização pelo Poder Executivo.
- (D) sobre templos religiosos em caso de imóvel alugado.

**QUESTÃO 48**

Configura crime funcional contra a ordem tributária expressamente previsto na redação da Lei nº 8.137/1990

- (A) apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.
- (B) exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- (C) deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- (D) extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social.

**QUESTÃO 49**

Segundo a Lei Orgânica do Município de Senador Canedo (Lei nº 1/1990), deve adotar o formato de decreto o ato administrativo, de competência do Prefeito, que

- (A) dispense servidores sob o regime de legislação trabalhista por tempo determinado.
- (B) defina lotação nos quadros de servidores do Poder Executivo municipal.
- (C) discipline o provimento dos cargos públicos no Poder Executivo municipal.
- (D) instaure processos administrativos contra servidores do Poder Executivo municipal.

**QUESTÃO 50**

A Ouvidoria do Município de Senador Canedo/GO, dirigida pelo Ouvidor-Geral, é competente para

- (A) conduzir investigações preliminares, inspeções e demais procedimentos correccionais.
- (B) apurar responsabilidade de servidores públicos municipais pelo descumprimento injustificado das decisões do Órgão de Controle Externo.
- (C) receber, analisar e responder as manifestações encaminhadas por usuários de serviços públicos.
- (D) tomar medidas cabíveis para apurar transgressões ao Código de Ética dos servidores municipais.

**RASCUNHO**

## PROVA DISCURSIVA

### Questão 01

Leia o caso a seguir.

A Administração Pública Municipal celebrou um contrato com uma empresa para contratação dos serviços que permitiriam a centralização e a otimização da gestão tributária do Município por intermédio de um programa de informática (*software*) que seria gerido e mantido por esta empresa, representando assim um serviço contínuo e essencial ao funcionamento da Administração Pública Municipal, pelo prazo de cinco anos, em 1º de julho de 2023. A licitação se deu integralmente sob a égide da Lei nº 14.133/2021.

Foi atestado pela autoridade competente que a contratação plurianual permitia a maior vantagem econômica para a Administração Pública Municipal. De início, foram estabelecidos créditos orçamentários vinculados à contratação, indicando a vantagem da manutenção. O contrato administrativo prevê a atualização do valor pago a cada ano, mensurada pelo IPCA, sempre na data de aniversário do contrato, determinando o valor da parcela que seria paga mensalmente pelos próximos 12 (doze) meses. De tal modo, o contrato já passou por dois reajustes.

Em que pese a utilidade e a eficiência dos serviços prestados pela empresa contratada, no período de chuvas de verão ao final do ano de 2025 sobrevieram danos moderados ao patrimônio público que exigiram a realocação de despesas. Além disso, o setor de tecnologia da informação da Administração Pública Municipal desenvolveu um programa de informática (*software*) independente e sem custo que realizava atividades equiparadas àquelas prestadas pela contratada, o que asseguraria suficientemente a continuidade dos serviços em um adequado grau de eficiência.

Em razão disso, a Administração Pública Municipal não tem interesse em seguir com o contrato firmado. Ao realizar um estudo preliminar do contrato, o gestor municipal passa a ter dúvidas acerca da regularidade do instrumento, questionando o prazo pelo qual foi firmado e a validade da atualização dos valores devidos, e deseja consultar as instâncias competentes para verificar a possibilidade de rescisão imediata.

Em 1º de fevereiro de 2026, o contrato é enviado ao analista de controle interno para emissão de parecer, para que se manifeste sobre: a) regularidade da contratação contínua desse serviço, instrumentalizado por um programa de informática (*software*); b) validade da cláusula de atualização do preço ajustado; c) possibilidade de rescisão do contrato, imediatamente ou em momento futuro. Elabore um parecer que servirá de subsídio para que a Administração Pública Municipal confirme a regularidade dos atos até então e decida se e quando irá rescindir o contrato administrativo.

**(100 pontos)**

# FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30